

DO COLONO AO “AGRO”: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DO SUJEITO DO CAMPO NO OESTE CATARINENSE

FROM COLONIST TO THE “AGRO”: THE PROCESS OF CONSTRUCTING IDENTITIES OF THE RURAL SUBJECTS IN WESTERN SANTA CATARINA

Autor: André Luiz Simonetti

Filiação: Programa de pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

E-mail: simonettial97@gmail.com

Autor(es): Silvia Aparecida Zimmermann

Filiação: Programa de pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

E-mail: silviaz@ufrj.br

Grupo de Trabalho GT5: Agricultura Familiar e Relações de Gênero.

Resumo

As regiões do Noroeste gaúcho, Oeste catarinense e Sudoeste paranaense foram cenário da criação e consolidação de uma imagem valorativa da categoria “agricultura familiar”, sendo o berço do movimento sindical da categoria, o que garantiu lugar na agenda política nacional brasileira desde os anos de 1990. Contudo, as mudanças sociais anunciam uma nova identidade entre agricultores na região, a do “agro”. Este artigo tem por objetivo refletir, a partir de músicas popularizadas entre os agricultores, sobre como as identidades da agricultura familiar e do “agro” se constituíram em uma mesma região geográfica e as motivações e relações de poder que levam as pessoas a se identificar e acionar cada uma delas. As reflexões se baseiam na observação de um dos autores, que é natural do Oeste catarinense, trabalhou durante cinco anos com famílias agricultoras nesta localidade e, também, em uma entrevista realizada com agricultora da região, liderança sindical, que conduziu um momento de diversas manifestações culturais durante uma manifestação do movimento sindical da agricultura familiar em Brasília, em julho de 2024. Constata-se que a identidade colona foi sendo forjada para que o sujeito passasse a sentir orgulho de sua origem, reconhecendo sua importância social, tendo sido suplantada pela identidade da agricultura familiar, a partir de agentes externos, em meio a debates para a criação de uma categoria legal que reconhecesse a importância social e econômica do sujeito do campo. Estas duas, entretanto, têm sido rejeitadas em prol da identidade do “agro”, que passou a ser construída no local estudado a partir dos anos 2010, por agentes externos aos sujeitos do campo, sobretudo o grande capital agroindustrial, e movimentos ligados à direita no espectro político.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Santa Catarina; cultura musical; imigração; poder simbólico.

Abstract

The regions of Northwestern Rio Grande do Sul, Western Santa Catarina, and Southwestern Paraná were the setting for the creation and consolidation of a valorized image of the “family farming” category, serving as the birthplace of the union movement representing this group, which secured a place on Brazil’s national political agenda since the 1990s. However, social changes are announcing a new identity among farmers in the region, that of “agribusiness” (“agro”). This article aims to reflect, through songs popularized among farmers, on how the identities of family farming and agribusiness have been constituted within the same geographic region, as well as the motivations and power relations that lead people to identify with and activate each one. The reflections are based on the observations of one of the authors, a native of Western Santa Catarina who worked for five years with farming families in the area, and also on an interview conducted with a female farmer from the region, a union leader, who led a cultural moment during a demonstration of the family farming union movement in Brasília in July 2024. It is observed that the “colono” identity was gradually forged so that individuals would begin to feel

pride in their origins and recognize their social importance. This identity was later supplanted by that of family farming, promoted by external agents amid debates to establish a legal category that would recognize the social and economic significance of rural people. Both of these identities, however, have increasingly been rejected in favor of the “agro” identity, which began to be constructed in the studied area starting in the 2010s, driven by actors external to rural communities—especially large agro-industrial capital and right-wing movements on the political spectrum.

Key words: Family farming; Santa Catarina; musical culture; immigration; symbolic power.

1. Introdução

Durante o mês de julho de 2024, a Confederação Nacional da Agricultura Familiar (CONTRAF-Brasil/CUT) organizou o I Festival Nacional da Agricultura Familiar (FENAF). Dentro de quatro dias de programação, no dia 25 de julho, em que se comemora o dia internacional da agricultura familiar, houve uma passeata na praça dos três poderes, em Brasília, para apresentar uma série de pautas, e várias lideranças discursavam. Entre os discursos, foram realizadas apresentações culturais, sobretudo músicas, interpretadas por pessoas de diferentes locais do Brasil.

Nas apresentações, dentre músicas relacionadas à luta do movimento sindical, e outras regionais, uma cena pareceu um tanto inusitada: dois homens do Rio Grande do Sul, um jovem e um idoso, subiram ao caminhão e cantaram a música “O Colono”, composta pelo cantor Teixeira em 1969 e gravada em 1975. No microfone, explicaram se tratar de uma homenagem por conta da comemoração do “Dia do Colono e do Motorista”, que é celebrada no mesmo dia, 25 de julho, e ainda é comemorada atualmente, com várias festas pelo Sul do país. A data foi escolhida por se tratar do dia em que o primeiro navio com imigrantes alemães chegou ao Brasil, em 1824, quando os primeiros 39 colonos alemães foram alojados no interior do Rio Grande do Sul, na atual cidade de São Leopoldo (Seyferth, 2011).

Para os homens que interpretaram a música, o ato foi uma singela homenagem, já que, para os moradores do Sul do país, sobretudo das regiões Noroeste gaúcho, Oeste catarinense e Sudoeste paranaense, o termo “colono” se refere aos descendentes de imigrantes europeus, que se estabeleceram nessas terras ao longo do século XX, organizados em pequenas propriedades que atualmente são caracterizados, segundo a lei 11.326/2006, como agricultores familiares. Porém, a apresentação causou espanto para muitas das pessoas que estavam presentes, provenientes de outras regiões do país, pois, para elas, “colono” remete ao colonizador, a pessoa que vem de fora para explorar um novo local, na maioria das vezes explora também as pessoas “nativas” daquele espaço.

Tal episódio provoca uma reflexão acerca da construção e manutenção de determinadas identidades. É importante ressaltar que, nas regiões do Noroeste gaúcho, Oeste catarinense e Sudoeste paranaense, houve intensos esforços para a criação e consolidação de uma imagem valorativa deste sujeito do campo, categoria a qual se deu o nome de “agricultura familiar”. Foi esta região também o berço do movimento sindical da agricultura familiar, em um movimento que ficou conhecido como oposições sindicais (Picolotto, 2022), que trabalhou fortemente a partir dos anos 1980 pela construção de uma série de políticas públicas voltadas para este público, em concomitância com a consolidação de uma identidade da agricultura familiar, que teve lugar na agenda política nacional a partir de meados dos anos 1990, com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Mattei, 2010).

O público, outrora identificado com a identidade “colona”, que depois passou a reivindicar políticas públicas dentro da identidade “agricultura familiar”, parece estar cada vez menos se reconhecendo culturalmente dentro destas categorias. Em um contexto de um crescimento considerável da extrema direita no país, e em especial no Sul, ocorre também uma maior identificação deste público com o agronegócio, criando uma nova identidade cultural,

chamada simplesmente de “agro”. Conforme Delgado (2012, p.94), agronegócio na acepção brasileira se caracteriza pela “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”, que realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, acumulando patrimônio e renda, com recursos de políticas públicas.

Neste contexto, este artigo busca discutir como as identidades culturais dos sujeitos do campo do Sul do país se constituem, como elas são acionadas e de que forma elas coexistem. Como veremos, estas são acionadas e reclamadas de acordo com uma série de fatores, como o contexto em que vivem ou se relacionam estes agentes. Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre como as identidades da agricultura familiar e do “agro” se constituíram em uma mesma região geográfica e as motivações e relações de poder que levam as pessoas a se identificar e acionar cada uma delas.

As reflexões se baseiam na observação de um dos autores, que é natural do Oeste catarinense e trabalhou durante cinco anos com famílias agricultoras nesta localidade, e, também, em uma entrevista realizada com uma militante histórica do movimento sindical catarinense, que estava coordenando as intervenções culturais durante a manifestação em que aconteceu a apresentação relatada. A entrevista foi realizada em julho de 2024 e compõe o conjunto de entrevistas que estão sendo realizadas para a elaboração da tese de doutorado de um dos autores. Este artigo é uma primeira reflexão, a partir do material coletado. Para isso, além desta introdução, o artigo será dividido em uma primeira parte em que se debate o tema da identidade, abordando o emprego da identidade colona, e a busca pela valorização deste público pela adoção da identidade agricultura familiar, uma segunda em que se discute a disseminação de uma identidade ligada ao agronegócio, conhecida como “agro, e uma terceira seção abordando questões relativas às relações de dominação e poder que interferem sobre as identidades supracitadas. Segue a isso com as considerações finais.

2. A identidade colona e agricultura familiar: uma busca pela valorização

O contexto rural do Oeste catarinense é caracterizado pela convivência de várias identidades. Neste artigo, serão tratadas as identidades “colona”, “agricultura familiar” e o que tem se convencido chamar de “agro”, que é uma identidade derivada do agronegócio. Na busca por interpretá-las, parte-se da concepção de identidade cultural, proposta por Hall (2003), para quem a identidade é algo formado ao longo do tempo, por processos inconscientes. Para o autor, as identidades não estão impressas nos genes, não são coisas com as quais se nasce, são formadas e transformadas no interior da representação que é feita de tal identidade. Neste sentido, este artigo busca entender o processo de construção e representação das identidades por meio das representações musicais, uma forma de representação cultural amplamente consumida na região do estudo, desde a época do rádio de pilha até os dias atuais com aplicativos de *streaming*.

Para Hall (2003), o sujeito que era considerado como unificado em torno de uma identidade tem se fragmentado em diversas, por meio de processos de mudança que deslocam processos e estruturas sociais, abalando quadros outrora estáveis. Diante disso, é possível afirmar que a primeira, e mais abrangente identidade deste público, no Sul do país, era a colona. Apesar de a origem da denominação ter se dado por conta das colônias de imigrantes europeus implantadas no Rio Grande do Sul, esta identidade passou a tomar um significado diferente do que a definição estrita da palavra, apontada no dicionário Michaelis (2025), como “sujeito que habita uma colônia”.

Seyferth (2011) destaca que as representações da categoria “colona” indicavam uma identidade social multiforme, aludida ao processo histórico de ocupação da terra. Segundo a autora, com o passar do tempo, essa identidade assumiu progressivamente uma condição camponesa, cujas referências foram o *ethos* do trabalho agregado à família e gênero, a

exploração familiar da terra recebida na forma de propriedade, a dicotomia rural/urbano, e uma alusão à diferença cultural, que remete a princípios de ruralidade e pertença étnica. Assim, ao identificar alguém como “colono” no Oeste catarinense, remete-se a um pequeno agricultor que cultiva a terra, na maioria das vezes em condições precárias. Para além de pessoas que se definem como colonas, e assumem tal identidade, este também foi, e em alguns casos ainda é, um termo usado por pessoas do meio urbano, ou de classes mais abastadas, de forma pejorativa para tratar do morador do meio rural, indicando o sujeito como atrasado ou mal arrumado.

A música do Teixeira, citada na introdução do artigo, era utilizada na época para exaltar a identidade colona, com certo orgulho da origem humilde e da simplicidade. Pode-se afirmar que tal música foi utilizada como forma de resistência ao que Fraser (2022) chama de injustiça cultural ou simbólica, enraizada em padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, materializada pela dominação cultural, ausência de reconhecimento e desrespeito, sobretudo pelo rebaixamento em representações culturais estereotipadas (vide os personagens de Monteiro Lobato, por exemplo) e interações na sociedade.

Abaixo é possível constatar que a música do Teixeira sugeria a superação de um estereótipo:

Eu vi um moço bonito, numa rua principal/Por ele passou um colono, que trajava muito mal/O moço pegou a rir, fez ali um carnaval/Resolvi fazer uns versos, pra este fulano de tal:

Não ri seu moço daquele colono/Agricultor que ali vai passando
Admirado com o movimento/Desconfiado lá vai tropicando
Ele não veio aqui te pedir nada/São ferramentas que ele anda comprando
Ele é digno do nosso respeito/De Sol a Sol vive trabalhando
Não toque flauta, não chame de grosso/Pra ti alimentar, na roça está lutando
Se o terno dele não está na moda/Não é motivo pra dar gargalhada
Este colono que ali vai passando/É um brasileiro da mão calejada
Se o seu chapéu é da aba comprida/Ele comprou e não te deve nada
É um roceiro que orgulha a pátria/Que colhe o fruto da terra lavrada
E se não fosse este colono forte/Tu ias ter que pegar na enxada

E se tivesse que pegar na enxada/Queria ver-te mocinho moderno
Pegar no coice de um arado nove/E um machado pra cortar o cerno
E enfrentar doze horas de Sol/Num verão forte tu suavas o terno
Tirar o leite, arrancar mandioca/No mês de julho no forte do inverno
Tuas mãozinhas finas delicadas/Criava calo e virava um inferno

Este colono enfrenta tudo isto/E muito mais eu não disse a metade
Planta e colhe com suor do rosto/Pra sustentar nós aqui na cidade
Não ri seu moço mais deste colono/Vai estudar numa faculdade
Tire um doutor, chegue lá na roça/Repare lá quanta dificuldade
Faça algo por nossos colonos/Que Deus lhe pague por tanta bondade (Teixeira, 1975)

Os versos da canção traduzem duas questões principais acerca da identidade do “colono”. A primeira é que seria este um sujeito submetido a piadas, sendo considerado como inferior e atrasado na sociedade desenvolvida e urbanizada. Segundo Seyferth (2011), a própria definição de núcleo colonial, datada do século XIX, determinava que as colônias seriam compostas por lotes demarcados por “picadas” que partiriam do núcleo urbano, o que ajuda a conformar uma certa polarização rural-urbano. Acredita-se que esta polarização foi se consolidando regionalmente com o passar do tempo, sendo o sujeito rural caracterizado como atrasado e inferior ao sujeito urbano.

Isto leva à segunda questão abordada pela música, que é a busca por valorizar os sujeitos da identidade colona como trabalhadores e produtores de alimentos, sendo que, no decorrer de sua letra, outras qualidades são evidenciadas, como a capacidade do colono para resistir a

adversidades climáticas, destacando ainda sua resistência (ou resiliência), ressaltando que o “moço urbano” jamais conseguiria enfrentar o que este sujeito enfrenta.

O lançamento da música de Teixeira, um cantor muito prestigiado na região Sul do país durante o século XX, acompanhado de outras músicas caipiras ou sertanejas, pode ter contribuído para que as pessoas do campo passassem a se reconhecer nesta identidade. Hall (2003) afirma que a identidade surge ao passo em que o ser humano é preenchido por elementos do seu exterior, pela forma através da qual ele se imagina sendo visto pelos outros. Entretanto, com o passar do tempo e a ascensão de novos elementos identitários, esta canção passou a ser vista por muitas pessoas, sobretudo jovens, como algo que reafirma uma posição de subalternização para as pessoas do meio rural.

Neste bojo, um marco importante foi o início da construção da categoria agricultura familiar, que começou a ser estabelecida no final dos anos 1980, e ganhou força na década seguinte. A origem do termo está na construção de políticas públicas com centralidade para o pequeno produtor rural, cuja denominação como “pequeno” não agradava aos sujeitos, tampouco ao Estado, por reafirmar uma posição de subalternidade dos sujeitos do campo. Ao abordar o tema, uma liderança sindical, que atua no movimento desde os anos 1980, afirma:

“Um dia, eu estava conversando com um professor, ele falou que eu era pequena produtora. Ele era professor de matemática. Eu disse, quantas aulas você dá? Se você desse 10 horas de aula, você seria um pequeno professor? Se você desse 40 horas de aula, você seria um médio professor? É assim que te identifico? Ou você é professor de matemática? Não, ele disse, eu sou um professor de matemática. Então eu estou dizendo para ele assim, pequena é a minha propriedade, é a minha produção, não eu, eu sou grande.” (Entrevista concedida em 27/07/2024).

Essa fala nos auxilia para ilustrar a discussão, evidenciando como o termo pequeno produtor, utilizado pelo Estado brasileiro até o início dos anos 1990, incomodava os sujeitos do campo (ao menos suas lideranças), que buscavam evidenciar uma identidade que valorizasse a sua importância social e econômica, não apenas focada no tamanho de sua propriedade ou produção. Por isso, a construção da categoria “agricultura familiar” ganhou força a partir da ação de movimentos sociais – sobretudo o movimento sindical, que em 1997 criou em Chapecó/SC, considerada a “capital do Oeste catarinense”, a primeira Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil, a FETRAF-SC.

Esta identidade também ganhou força pela atuação da academia, tendo como definição acadêmica mais usada para este grupo, a descrita por Wanderley (1996), para quem a agricultura familiar é aquela que é detentora dos meios de produção e ao mesmo tempo é a responsável pelo trabalho na unidade produtiva. Os avanços alcançados pela consolidação desta identidade também são evidentes na legislação brasileira, já que, também do ponto de vista legal, no ano de 2006 foi sancionada a lei nº 11.326, que regulamenta esta categoria do campo, como aquela que trabalha em área de terras que não ultrapasse os 4 módulos rurais, onde o trabalho e a gestão na propriedade sejam feitos pela própria família, e que a maior parte da renda provenha da unidade de produção (Brasil, 2006).

Assim, percebe-se que a partir dos anos 1990 esta categoria de política pública se converte em categoria de identidade, por meio de um processo denominado por Fraser (2022) como reconhecimento. Neste processo, a identidade “agricultura familiar” passa a ser assumida em massa no meio rural, tendo em vista que, a partir dela, um sujeito que era invisibilizado para o Estado passa a ter acesso a uma série de políticas públicas, como crédito rural, habitação, previdência social e políticas de comercialização, dentre outras, que permitiram um salto na renda, uma redução na penosidade do trabalho e uma evidente melhoria na qualidade de vida destas pessoas. Apoiando-se em Fraser (2022), pode-se dizer que a instrumentalização da agricultura familiar como uma identidade teve a finalidade principal de promover o que a autora

chama de redistribuição, para superação de dificuldades impostas pela injustiça econômica, enraizadas na estrutura político-econômica da sociedade que se apresenta na forma de exploração produtiva, marginalização econômica e privação de condições para manter um padrão de vida elevado.

Esta foi uma identidade construída por movimentos sociais, intelectuais e pelo Estado, por isso, não teve tantas representações culturais, se não as dos próprios movimentos sociais locais, exaltando a importância da categoria na produção de alimentos, e seu modo de qualidade de vida. Assim, baseando-se em Fraser (2022, p.32), esta identidade foi sendo instrumentalizada como um “remédio para a injustiça econômica”, por meio do que a autora chama de transformação das estruturas econômicas básicas. Pode-se afirmar que ela ofuscou em boa parte a identidade colona, inclusive pelo fato de a data destinada para comemoração em alusão ao “dia do colono” ter sido utilizada também para comemorar o “dia internacional da agricultura familiar”. Porém, não a substitui por completo. Sobre isso, uma liderança sindical entrevistada relata:

“Eu acho que é ruim sermos chamados de colono, porque colono é alguém que coloniza o outro, mas deve-se reconhecer que a nossa trajetória começa aí, quando a gente se identifica por colono, como alguém que produz no campo, era assim que os agricultores se sentiam, quando se chamavam de colonos. Mas a agricultura familiar foi criada a partir da luta e de um processo histórico que é o mesmo que ocorreu com o pequeno agricultor. Agora, se eu, como intelectual ou como militante, que tive um processo formativo, não ter a capacidade de compreender esse processo histórico, eu me separo da luta e da minha organização de base, porque assim é a nossa base. Lá na base, eu tenho pessoas que gostam de ser chamadas de colonas e tem orgulho de serem assim.” (Entrevista concedida em 27/07/2024).

Esta fala ajuda a perceber como se deu o processo que consistiu em substituir a identidade de colono pela da agricultura familiar. Entretanto, a própria liderança envolvida neste processo reconhece que ele se deu em um âmbito mais intelectualizado, sendo que na base, entre os agricultores familiares na região sul, ambas as identidades seguem sendo acionadas. Se pensarmos em um sujeito pós-moderno, como definido por Hall (2003), este processo é natural, pois, para o autor, este sujeito pode ser entendido como aquele que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, ela é formada e transformada continuamente de acordo com a forma como somos tocados pelos sistemas culturais que nos rodeiam.

3. Quando o pequeno se torna grande: a identidade “Agro”

Nos últimos anos, sobretudo após a ascensão de governos de direita e as campanhas de fortalecimento do agronegócio enquanto categoria política, tem se potencializado a ascensão de uma nova identidade, autodenominada como “agro”. Tratando o colono como algo atrasado, e a agricultura familiar como algo essencialmente pequeno, a identidade do “agro” remete a um sujeito do campo moderno e eficiente, que seria o responsável pelo “progresso” do país. A estratégia de valorização do grande agronegócio não é restrita ao Sul do país.

Segundo Gerhardt (2021), essa estratégia passou a ser adotada ainda nos anos 1980, após a criação da União Democrática Ruralista (UDR) e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), em uma iniciativa que buscava afastar dos grandes proprietários de terra a figura de um coronel retrógrado, e criar a imagem do “produtor rural”, tal qual um empresário, inovador, empreendedor e protagonista do desenvolvimento do país. Com a modernização do campo no Sul do país, no caso do Oeste catarinense, a partir do início dos anos 2000, sobretudo por meio do acesso a políticas públicas como o PRONAF, esta foi a imagem que passou a ser construída para o sujeito do campo. Assim, muitas das famílias agricultoras que vendiam sua

junta de bois e compravam um trator passaram a se reconhecer também nas representações deste sujeito moderno.

Neste sentido, quando Hall (2003) está tratando da globalização, ele relata que, por meio da mídia, como TV ou rádio portáteis (isso porque o autor escreveu antes da popularização da *internet*), as mensagens e ideias das culturas ocidentais ricas chegavam até os jovens das periferias pobres de países subdesenvolvidos. Da mesma forma, é por meio de um sistema midiático que a ideia de um “agro pop” chega até o campo, seja por propagandas veiculadas em emissoras de televisão, seja por material midiático nas redes sociais, ou pela ação de agentes que estão presentes no campo, como grandes empresas multinacionais, em parcerias com as grandes cooperativas. Para Gerhardt (2021), a partir de 2010, uma elite brasileira, a qual o autor chama de sociedade do agronegócio, passou a investir pesadamente em campanhas midiáticas, com a finalidade de promover uma valorização de sua imagem. É por esta lente que este trabalho aborda as músicas que valorizam este agronegócio, pelo seu forte potencial comunicativo semiótico.

Hall (2003) também afirma que todo meio de representação, seja escrita, arte, pintura, desenho ou sistema de comunicação, deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais, sendo que diferentes épocas culturais possuem diferentes formas de combinar as coordenadas espaço-tempo. Para o autor, a forma como são ajustadas e reajustadas as relações espaço-tempo no interior de cada sistema de representação possui efeitos diretos na forma como as identidades são localizadas e representadas. Neste sentido, destacam-se as músicas compostas e lançadas pela dupla “Adson e Alana”, cantores sertanejos que nasceram e iniciaram a carreira na região Sudoeste paranaense, próximo à região em questão.

Tal dupla tem trabalhado fortemente na produção e gravação de músicas que exaltam o agronegócio, como “O Agro Malvadão”, “O Agro Move o Mundo”, “Respeita a Roça” ou “País do Agro”. Essas músicas vêm sendo muito ouvidas e sendo utilizadas em trabalhos midiáticos das grandes empresas de insumos agrícolas. Também são instrumentalizadas por movimentos políticos de direita, que colocam a identidade do “agro” em oposição à da “agricultura familiar”, buscando ofuscar o trabalho dos movimentos sociais, minimizando a importância das políticas públicas para a agricultura familiar. Para exemplificar, apresentam-se abaixo alguns trechos de duas destas músicas, primeiramente a música intitulada “Respeita a Roça” e, em seguida, a música “País do Agro”.

Briguei com o engravatado/Que subiu na mesa cantando de galo
Falando que é contra o Agro/E que no campo tem que ser só mato
Que é contra plantar e colher/Que também a criação de gado
Se o Agro tá no seu estômago/Nessa gravata e até no sapato
Respeita a roça caralho!/Se o que cê come e cê bebe é do Agro
Respeita a roça caralho!/Quer falar de mim vem fazer o que eu faço
Respeita a roça caralho/Se o que cê come e cê bebe é do agro
Respeita a roça caralho/Quer falar de mim vem fazer o que eu faço
Adson e Alana (Adson e Alana, 2022)

Me desculpe a bossa nova e a MPB/Mais o sertanejo é o som do Brasil
A gente lança a moda sem tá na TV/Nosso jeitão caipira agora explodiu
Bota Adson & Alana e rasga os alto falante/A nossa pegada é forte
Bota cerveja gelar, churrasco e batidão/Nós é o pipoco do trovão
Nome é Brasil, sobrenome rural/Não é mais o país do carnaval
No mundo inteiro é respeitado/Brasil agora é o país do agro
[...]
Sem o campo e sem a roça/A cidade não almoça
Se o agro não planta a cidade não janta
Hoje o trator é quem desfila/E a colheitadeira é quem dança
Segna o seu GPS agrícola/Tecnologia de ponta (Adson e Alana, 2021)

Pelos exemplos aqui citados, e outras músicas gravadas por esses e outros compositores, principalmente no gênero sertanejo universitário, é possível perceber o esforço para a construção de uma imagem de um sujeito do campo conectado ao mundo moderno, “descolado”, caracterizado como o grande responsável por alimentar e manter a sociedade. Em se comparando estas músicas com a música do “colono” de Teixeira, ambas fazem alusão à produção de alimentos como virtude, mas a música do colono lembra o sujeito do campo como aquele que vai até a cidade comprar ferramentas. Já as canções atuais falam do sujeito desenvolvido, com máquinas e equipamentos modernos, e partem para além da sua importância como produtor de alimentos, colocando o sujeito do campo como o motor do desenvolvimento do país. Assim, entre os elementos que compõem essa identidade, percebe-se uma espécie de veneração às “inúmeras virtudes” do agronegócio, gerando engajamento nas redes sociais. Não apenas supervaloriza o sujeito “agro” do campo, mas também sua função social, como sendo o elo primordial para a manutenção de toda a sociedade e o sistema econômico.

Acerca da música, destaca-se também o seguinte verso: “Segna o seu GPS agrícola/Tecnologia de ponta”. Destaca-se que Segna é uma empresa de tecnologia agrícola, que tem como seu carro chefe um GPS para máquinas agrícolas. No site da empresa, ela se apresenta como fabricante de um produto nacional, destinado aos pequenos e médios agricultores, cuja “missão é democratizar o acesso à tecnologia no campo, garantindo que todos possam se beneficiar de soluções modernas e eficientes” (Segna, 2025). Essa relação é interessante, pois a música é amplamente ouvida na região do estudo, e carrega consigo a propaganda de uma marca, que se vende como moderna e eficiente. Como essa empresa se diz voltada para “pequenos e médios agricultores”, cria-se no imaginário social a ideia de que, ao acessar este tipo de tecnologia, os agricultores estão mais próximos do “agro” e tudo o que ele representa, nos quesitos de modernidade e desenvolvimento econômico.

Na música, chama atenção o sentido da expressão “agro”, que se converte também na identidade “agro”. Segundo Gerhardt (2021), constatou-se um descrédito na expressão “agronegócio”, o que dificultava sua popularização. O autor afirma que a forma empregada para superar essa dificuldade foi subtrair o termo “negócio”, divulgando apenas o termo “agro”, que se popularizou enormemente, graças à sua combinação com mecanismos persuasivos da área do *marketing*, potencializados pelos recursos digitais atualmente existentes, sendo a principal, as mídias sociais.

Quando fala de identidade cultural, Hall (2003) estabelece que as pessoas assumem sua identidade conforme o conjunto de significados que representa pertencer a ela. Logo, quanto mais fortes e simbólicos estes significados, maior a ênfase com que o sujeito assume sua identidade. Neste mesmo sentido, por meio da construção do que é o “agro”, por parte de fortes, repetidas e inúmeras construções culturais, a ampla maioria dos agricultores no Oeste catarinense, mesmo aqueles que possuem pequenas propriedades, se sentem representados por esta identidade.

Apesar desta massiva representação, é necessário pontuar que na mesma família (em alguns casos as mesmas pessoas), existem sujeitos que se identificavam com a identidade “colona” até os anos 1990, passam pela construção, e assumem a identidade “agricultura familiar” e atualmente estão inseridos numa identidade de “agro”. Desta forma, entende-se que o sujeito pode assumir diferentes identidades, em diferentes momentos, de acordo com o ambiente à sua volta, seja para exercer poder, para se firmar ou, “apenas”, para sobreviver. Para Hall (2003, p.13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, pois a identidade é definida historicamente e não biologicamente, já que “o sujeito assume diferentes identidades, em diferentes momentos, que não são unificadas a um ‘eu’ coerente”.

Embora se compreenda que, de acordo com o ambiente e suas necessidades, o mesmo sujeito pode assumir diferentes identidades, torna-se interessante refletir sobre as relações de poder que estão no plano de fundo da construção, ou da disputa, destas identidades. Esse será o tema da próxima seção.

4. Relações de poder na construção de identidades no Oeste catarinense

Ao debater acerca das três principais identidades construídas e encontradas até os dias atuais no meio rural do Oeste catarinense, percebe-se que, mesmo elas englobando praticamente o mesmo grupo, que são famílias detentoras de pequenas propriedades rurais, o processo de construção de cada uma das identidades foi diferente, permeado por uma série de questões de poder. Considera-se que a identidade “colona” foi algo construído ao longo do tempo, pela própria vivência das pessoas que habitavam as colônias do Rio Grande do Sul e migraram para o Oeste catarinense. Já a identidade da “agricultura familiar” foi sendo acionada mediante a construção de uma categoria legal, da Lei da Agricultura Familiar brasileira, que passou a ter centralidade nas políticas públicas. Arrisca-se afirmar que ambas foram construídas por processos orgânicos, proveniente dos próprios atores, seja no espaço de sociabilidade das famílias agricultoras, seja em processos de reconhecimento institucional, promovido por movimentos sociais e pelo próprio Estado.

Assim como na consolidação da identidade da “agricultura familiar”, nas identidades ligadas ao “agro”, também se percebe um movimento promovido por agentes externos. Porém, enquanto no primeiro caso, estes agentes eram, sobretudo, ligados à corrente católica da teologia da libertação, da academia e a movimentos políticos de esquerda, no caso do segundo são as grandes empresas do sistema agroindustrial e as correntes políticas de direita, que têm como uma de suas finalidades, desmobilizar movimentos sociais e identidades que valorizam uma certa ação política dos sujeitos do campo, colocando em seu lugar uma agenda individualista, que liga politicamente este “novo” sujeito a ideais liberais econômicos de direita. Por isso, acredita-se que esteja envolto neste debate uma questão de dominação, que, segundo Weber (2004), é um caso especial de poder que desempenha papel decisivo nas formações sociais e econômicas. Para isso, utiliza-se de uma estrutura que é influenciada pela forma como os meios econômicos são empregados para manter essa dominação. Assim sendo, trabalha-se aqui com o conceito de dominação que o autor chama de ‘dominação em virtude de uma constelação de interesses’, baseada na influência que é exercida sobre a ação formalmente livre dos dominados (Weber, 2004).

Dessa forma, para que se exerça dominação, é necessário empregar algum tipo de poder. Por isso, aborda-se aqui o poder simbólico, cuja teoria foi desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu entre os anos 1960 e 1980. Bourdieu (1989) afirma que o poder simbólico é imperceptível, invisível e só é exercido com a cumplicidade dos que a ele estão submetidos. Esse poder se opera e legitima pelos sistemas simbólicos como instrumentos de comunicação e conhecimento, e por isso exerce poder estruturante, e é neste sentido que se interpreta a identidade ligada ao agronegócio.

Apesar de se reconhecer, conforme afirmado na seção anterior, e que um mesmo sujeito pode acionar diferentes identidades simultaneamente, é interessante compreender sujeitos que negam qualquer outra identidade, na tentativa de se vincular apenas ao agronegócio. Uma cena comum de ser vista no Oeste catarinense, que representa a expressão dessa identidade do “agro”, é quando agricultores vestem roupas corta-vento nas cores verde e amarela, ouvem alguma das músicas que exaltam o agronegócio, a exemplo das escritas nas seções anteriores, enquanto trabalham com seu trator que conta com uma bandeira do Brasil amarrada na antena, símbolo do seu posicionamento político de direita. Trator este, que foi comprado com

financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que materializa uma forte contradição, mas expressa como é feito o “jogo das identidades”, de acordo com as necessidades dos sujeitos. Mesmo assim, chama a atenção a iniciativa de evidenciar publicamente uma identidade, enquanto ofusca a outra, usando-a apenas no momento de conseguir algum benefício, como no caso, um financiamento com crédito subsidiado a juros diferenciados.

Bourdieu (1989) também afirma que o poder simbólico pode ser empregado como poder para transformar a visão de mundo e a ação dos sujeitos sobre o mundo, que permite obter o mesmo resultado do que se fosse utilizada a força (física ou econômica) e só se dá como efeito de mobilização se for reconhecido por aqueles que a ele estão submetidos. Assim, o poder simbólico não está nos sistemas simbólicos como uma força de ordem, ele reside em uma relação determinada, entre os que o exercem e os que a ele se submetem, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença.

Essa prática de externar uma identidade em detrimento de outra vem sendo amplamente apoiada por grandes empresas e cooperativas ligadas ao agronegócio, inclusive com patrocínio para a confecção de “uniformes” para famílias agricultoras, e distribuição de bandeiras do Brasil. Assim, entende-se que a música soma-se a outras ações midiáticas promovidas por setores de direita e do agronegócio, compondo um sistema simbólico que, segundo Bourdieu (1989), possui uma função política, quando a produção simbólica é relacionada com os interesses de uma classe dominante, propagando uma ideologia que serve a interesses particulares que se apresentam como interesses universais, comum a um grupo. Para o autor, os sistemas simbólicos cumprem uma função política de instrumentos de imposição e legitimidade da dominação.

Além disso, para o autor, os sistemas simbólicos também são instrumentos de integração social, possibilitando consensos acerca do mundo social que reproduz também determinada ordem social. Desta forma, os universos simbólicos, como mitos, arte, língua e ciência, são instrumentos de conhecimento e construção do mundo social (Bourdieu, 1989). Por isso, entende-se como sistemas simbólicos a música e os uniformes verde e amarelos, bem como a instrumentalização da bandeira nacional, utilizados como meios de forjar uma ordem social, de acordo com os interesses da classe dominante, e de uma visão dominante do que é ser “agro” no Brasil.

Desta forma, por meio da construção de um público ligado ao agronegócio, a classe dominante consegue se fortalecer politicamente, enfraquecendo movimentos sociais que tinham ampla capacidade de mobilização. Acredita-se que isso também faz parte de uma estratégia, a nível nacional, de dismantlar a imagem que se construiu nos anos 2000, sobretudo pela esquerda e pelos movimentos sociais, de que a agricultura familiar é a verdadeira responsável por produzir alimentos para o país, realocando esta reputação para o grande agronegócio. Reflete-se a partir de Bourdieu (1989), quando este afirma que a construção de uma cultura dominante contribui para a integração da classe dominante, levando a uma integração fictícia da sociedade, o que promove uma desmobilização da classe dominada.

No contexto local, entende-se como sendo uma integração fictícia da sociedade a situação à qual ficam expostos os pequenos proprietários de terra, que passam a se reconhecer dentro do agronegócio. As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são fundamentais para a reprodução deste público, mas eles se identificam como agronegócio e passam a se integrar aos mercados, tornando-se consumidores de insumos e tecnologia, focando sua produção em *commodities* externas, ao invés de alimentos para consumo interno e localizado. Entretanto, no caso de uma crise de preços ou problema ambiental (excesso ou falta de chuvas, por exemplo), se estes não acessarem políticas emergenciais criadas pelo Estado

para a agricultura familiar, acabam obrigados a vender seus bens, e até suas terras, para aqueles que de fato são os detentores de capital no agronegócio.

Em outro texto, Bourdieu (2014) defende que, por vezes, não nos damos conta da facilidade com que os sistemas sociais se reproduzem, devido à dimensão simbólica que está envolvida nessas relações. Para o autor, o poder simbólico é exercido de maneira tão invisível que é possível esquecer que ele existe, sendo os afetados por ele os primeiros a ignorar sua existência. Este conceito auxilia no entendimento de como essa nova identidade do “agro” vem sendo amplamente difundida e aceita no meio rural do Oeste catarinense, por vender uma ideia de individualismo, colocando em evidência um sujeito integrado à sociedade moderna e superior a outros indivíduos, tanto financeiramente, quanto pela sua importância preponderante no desenvolvimento do país.

Diante disso, percebe-se que a formação de identidades e o agrupamento de indivíduos nelas possuem também um grande peso político, e assumem funções estratégicas na organização da sociedade e também na proposição e encaminhamento de políticas públicas. Por isso, a sua construção envolve uma série de disputas de força e poder. Mesmo que em alguns momentos, essas forças operem de forma invisível, são primordiais para que se construam espaços de dominação por meio do poder.

5. Considerações finais

O debate em torno das características das diferentes identidades culturais no Oeste catarinense remete também à discussão sobre uma série de relações de poder, que tem sido forjadas por diferentes atores, como Estado, movimentos sociais e o grande poder econômico do agronegócio. Neste sentido, entender o papel e o poder de cada um desses atores é fundamental para compreender as motivações que levam os indivíduos do meio rural a acionar cada uma das identidades discutidas no artigo, em determinados momentos.

Desta forma, este artigo evidenciou que a identidade colona, adquirida pelos sujeitos no momento em que são instalados para, literalmente, colonizar terras, foi sendo forjada para que o sujeito passasse a sentir orgulho de sua origem, reconhecendo sua importância social. Já a identidade da agricultura familiar foi forjada, sobretudo, por agentes externos, em meio a debates para a criação de uma categoria legal que reconhecesse a importância social e econômica do sujeito do campo. Em meio a este processo, foram os próprios movimentos sociais ligados aos pequenos proprietários que abraçam tal identidade, e ela passou a ser amplamente adotada e reconhecida, tanto por sujeitos que de fato se reconhecem dentro dela, quanto por sujeitos que se aproveitam dela para conseguir acessar políticas públicas que garantem sua reprodução social.

Já a identidade “agro” passou a ser construída no local estudado a partir dos anos 2010, por agentes externos aos sujeitos do campo, sobretudo o grande capital agroindustrial, e movimentos ligados à direita no espectro político. Estes agentes empregaram o seu poderio econômico para difundir uma nova identidade e, ao aproximar os sujeitos do campo de ideais liberais e individualistas, têm conseguido enfraquecer movimentos sociais ligados à esquerda. Compreende-se que os agentes envolvidos na difusão desta identidade têm empregado uma série de sistemas simbólicos para a sua disseminação, levando muitas famílias agricultoras a se enxergarem nesta identidade.

Constata-se, também, que as músicas sempre estiveram presentes no dia a dia das famílias agricultoras e constituem um tipo de sistema simbólico que desempenha papel importante na consolidação das identidades, tanto quando se trata da identidade colona, quanto da ligada ao “agro”. Percebe-se que, com a facilidade para lançamento e difusão das canções em alusão ao “agro”, e o seu elevado potencial de persuasão, sobretudo sobre jovens, elas são

elementos centrais na difusão desta nova identidade, e são exaustivamente utilizadas pelos agentes do grande capital agroindustrial para exercerem seu capital simbólico.

Destaca-se que a adoção de uma identidade pelo sujeito do campo não implica na exclusão das demais. É evidente que os sujeitos lançam mão de determinada identidade de acordo com suas necessidades, ou com uma finalidade já estabelecida. O mesmo sujeito pode, no mesmo dia, lançar mão das três identidades, de acordo com sua finalidade ou necessidade. Neste sentido, entende-se relevante compreender qual das identidades melhor representa o sujeito do campo, sobretudo, no aspecto político, pois, entendendo qual dessas identidades ele apoia e defende quando necessário, compreende-se também quais agentes políticos ou entidades conseguem exercer maior poder e influência sobre os indivíduos.

Destarte, é preciso reconhecer que este artigo não esgota o debate, uma vez que o tema das identidades é complexo e envolve muitos fatores, econômicos, sociais e culturais. Entretanto, busca-se aqui, por meio da análise de um destes fatores – a representação das identidades pela música – dar visibilidade ao processo em curso, que ainda carece de reflexão.

6. Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. I: Sobre o poder simbólico, p. 7-16.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 223-239 p. (1. ed. francês: 2012).

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012.

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era “pós-socialista”**. In: FRASER, N. **Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”**. Tradução Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

GERHARDT, Cleyton. Da Sociedade do Agronegócio à Cosmologia Agro: Subjetivação e Conquista de Novos Territórios. *Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 1025-1056, set-dez. 2021.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. 102 p.

LETRAS.MUS.BR. **Página de Adson & Alana**. *Letras.mus.br*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/adson-alana/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MATTEI, L. **Institucionalidade e protagonismo político: os 10 anos do CONDRAF**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-Condraf, 2010.

MICHAELIS. **Colono**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=colono>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Curitiba: Editora Appris, 2022. 387 p.

SEGGNA. Quem somos. Disponível em: <<https://seggna.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SEYFERTH, Giralda. O colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 10–24, 2011.

TEIXEIRINHA, Vitor Mateus. **Colono**. Intérprete: Teixeira. 1975. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/teixeirinha-musicas/203135/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1996.

WEBER, M. **Poder e dominação: formas de transição**. In: **Economia e sociedade**. Brasília/São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 4. ed. brasileira; 1. ed. alemã: 1921. Vol. 2, cap. IX. Sociologia da Dominação, Seção 1. Estruturas e funcionamento da dominação, p. 187-193.